



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**

LEI Nº 3.800, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

**INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO
DE VILHENA, INSTRUMENTO DA
POLÍTICA MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA,
Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das
atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96
da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído o PLAMSABAV - Plano Municipal de Saneamento
Básico do Município de Vilhena, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da
Política Municipal de Saneamento, tem como diretrizes, respeitadas as
competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade
pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento
sustentável, além de fornecer elementos ao poder público e a coletividade para
defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental,
cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 3º Para o estabelecimento do PLAMSABAV - Plano Municipal de
Saneamento Básico do Município de Vilhena será observado os seguintes
fundamentos:

- I** – universalização, integralidade e disponibilidade;
- II** – preservação da saúde pública e proteção do meio ambiente;

III – adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IV – articulação com outras políticas públicas;

V – eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;

VI – utilização de tecnologias apropriadas;

VII – transparência das ações;

VIII – controle Social;

IX – segurança, qualidade e regularidade; e

X – integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município, tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso à todos os usuários do Município de Vilhena.

Parágrafo único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do Plano de Saneamento:

I – garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação;

II – implementar os serviços ora existentes, em prazos factíveis;

III – criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;

IV – estimular a conscientização ambiental da população; e

V – atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

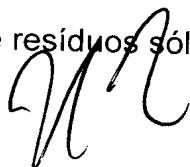
Art.5º Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I – abastecimento de água potável;

II – esgotamento sanitário;

III – drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e

IV – limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.



Art.6º Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vilhena, deverá respeitar as revisões que determina a Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 1º As revisões de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Vilhena.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Vilhena à Câmara Municipal de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

§ 3º A proposta de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vilhena, deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Municipais, Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde e de Meio Ambiente;

II – do Plano Municipal e Estadual de Saneamento e de Recursos Hídricos.

§ 4º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vilhena, deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município estiver inserido.

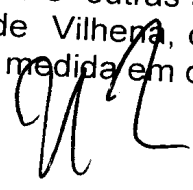
Art. 7º A gestão dos serviços de saneamento básico terá como instrumento básico os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, tendo mo meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 8º A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, podendo o mesmo realizar a prestação desses serviços de forma direta, ou conceder ou permitir a prestação respectiva, a terceiros, de direito público ou privado, de uma ou mais dessas atividades, atendendo os postulados legais pertinentes à matéria.

§ 1º Os executores das atividades mencionadas no *caput*, deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º A Administração Municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 9º Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vilhena, deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados.



Art. 10. Constitui Órgão Executivo e Superior de caráter consultivo e deliberativo do presente Plano de Saneamento o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE.

Art.11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 10 de dezembro de 2013.


José Luiz Rover
PREFEITO MUNICIPAL